

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 07.08.2017

Conceber eventos marítimos e enriquecer os elementos do turismo cultural

Nos últimos anos, o Governo tem promovido diferentes actividades culturais, não só para criar um ambiente cultural mas também para que acarretem oportunidades para o turismo e o comércio, incentivando o desenvolvimento socioeconómico saudável. No âmbito da Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, o Instituto Cultural e a Direcção dos Serviços de Turismo organizam todos os anos muitas actividades, e o Secretário Alexis Tam afirmou que ia fazer de Macau uma capital de festividades, assim, essas actividades produzem algum efeito no sentido de promover o desenvolvimento da cultura e turismo. Recentemente, iniciou-se oficialmente o projecto de viagens individuais de iate entre Zhongshan e Macau. Após alguns meses de funcionamento, verifica-se que é limitado o número de iates que fazem este trajecto, o que espelha algumas limitações de Macau. Apesar de ser uma cidade portuária com uma longa história, Macau não tem enfatizado a componente da cultura marítima e falta diversidade às actividades marítimas. De acordo com a informação sobre as actividades da DST, parece que as Regatas Internacionais de Barcos-Dragão são a única actividade aquática. O Governo deve então enriquecer as actividades marítimas, por forma a colmatar as limitações, e valorizar e fazer bom uso dos 85 km² de área marítima concedida pelo Governo Central.

As cidades portuárias de renome têm normalmente eventos marítimos de grande escala, por exemplo, festivais de barcos à vela, competições de desportos aquáticos, feiras de embarcações de recreio, actividades que enriquecem o turismo e acarretam também oportunidades de comércio, criando mais características culturais para as cidades. Espero que o Governo planeie activamente eventos marítimos, e o ideal era poder acrescentar todos os anos um ou dois eventos aquáticos regulares de grande escala, que através de um aperfeiçoamento contínuo, poderão transformar-se em cartões de visita de Macau, no sentido de tirar bom proveito dos recursos históricos que Macau possui, enquanto famosa cidade portuária. O destacar das características da cultura marítima pode reforçar a atractividade de Macau. Por exemplo, para as viagens individuais de iate, não basta levantar os obstáculos aduaneiros e burocráticos, é também necessário criar motivos para as pessoas virem a Macau de iate. E os eventos culturais marítimos são precisamente um bom motivo.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 07.08.2017

O regime de segurança social funciona com base no princípio de seguro social e no modelo “pay-as-you-go”, mas o Fundo de Segurança Social enfrenta o problema das baixas contribuições, portanto, só com a injeção de verbas por parte do Governo é que é possível assegurar a maioria das despesas com a segurança social. A fim de evitar os riscos de falência do Fundo e responder às necessidades sociais em relação ao aumento da pensão para idosos, entre 2013 e 2016 o Governo injectou 37 mil milhões, mas o plano respectivo já está concluído. Em 1 de Janeiro deste ano também ajustou o valor das contribuições para 90 patacas, só que as receitas provenientes dessas contribuições não conseguem suportar as despesas. Segundo os dados disponíveis, em 2016 as despesas com a pensão para idosos atingiram 2,9 mil milhões de patacas, e as receitas totais do Fundo atingiram 20,5 mil milhões, no entanto, só 0,93% foram contribuições. Perante a situação de as despesas serem muito mais do que as receitas, podemos prever que o Fundo vai continuar a depender do Governo e das receitas do jogo ainda durante algum tempo.

Como todos sabem, o regime de segurança social é um tipo de seguro social que necessita de apoio do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores. Mas atendendo ao ritmo do ajustamento e ao valor das contribuições, é impossível assegurar o funcionamento sustentável do Fundo. Na sequência do envelhecimento populacional, a pensão para idosos e outros subsídios vão aumentar, e não vai ser possível evitar depender do Governo para manter o funcionamento. Para prevenir os riscos de défice do Fundo, o Governo deve assumir ainda mais responsabilidades e aperfeiçoar gradualmente o plano de injeção de verbas.

De facto, segundo a Lei n.º 16/2001-“ Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino”, as concessionárias estão obrigadas a efectuar contribuições com um quantitativo anual de valor não superior a 3% das receitas brutas de exploração do jogo para o desenvolvimento urbanístico, a promoção turística e a segurança social e a efectuar contribuições com um quantitativo anual de valor não superior a 2% das receitas brutas de exploração do jogo para uma fundação pública que tenha por fins a promoção, o desenvolvimento e o estudo de acções de carácter cultural, social, económico, educativo, científico, académico e filantrópico. O Governo injectou parte do referido quantitativo no FSS e em 2013 a percentagem daquele quantitativo aumentou de 60% para 75%, mas mesmo assim as contribuições para o Fundo não são suficientes para suportar as despesas. Além disso, as receitas do jogo passaram de 20 mil milhões de patacas, nos primórdios da transferência da soberania, para 220 mil milhões de patacas no ano passado, só que, nestes dez anos, o referido quantitativo nunca foi ajustado. Os contratos de concessão do jogo estão a acabar, os primeiros em 2020, e vai haver lugar a nova concessão de licenças. São cada vez mais as vozes da

sociedade a exigir que as concessionárias do jogo assumam mais responsabilidades sociais. De facto, acredita-se que, aquando da definição do referido quantitativo, o Governo não tivesse conseguido prever a subida surpreendente das receitas do jogo, um aumento que levou à distribuição irregular dos recursos sociais e à impossibilidade de aplicar os recursos adequadamente. Com vista a assegurar a estabilidade financeira do FSS e que este consiga dar resposta ao envelhecimento populacional, sugiro ao Governo que pense em aproveitar a oportunidade da reabertura do concurso público para ajustar a percentagem das dotações provenientes das receitas do jogo, que realize estudos no sentido de aumentar as verbas provenientes das receitas brutas do jogo e que pense no aumento adequado da percentagem das dotações a injectar no FSS.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Chui Sai Peng em 07.08.2017

Construir um hospital na “Grande Baía” para gozar o bónus da integração

O desenvolvimento da estratégia da “Grande Baía” Guangdong-Hong Kong-Macau foi já integrado no grande plano a nível nacional, e Macau deve pensar em como se pode aproveitar esta oportunidade para ajudar o desenvolvimento sustentável urbanístico de Macau, para as gentes de Macau, aquando da integração no processo histórico da Grande Baía, poderem dar o seu contributo e também partilhar os frutos. Como diz o ditado: “quem tem saúde tem tudo”, por isso, começamos hoje por abordar a saúde.

Nos últimos anos, o Governo da RAEM investiu avultados recursos financeiros nos serviços médicos públicos e, apesar de os cuidados primários obterem com sucesso o reconhecimento da sociedade e da Organização Mundial de Saúde (OMS), os residentes de Macau continuam a exigir o melhoramento da qualidade dos serviços médicos especializados.

Existem doenças menos vulgares, por isso são difíceis de curar e, conseqüentemente, existem poucas oportunidades para os médicos praticarem.

Desde longa data, quer a área da medicina, quer a sociedade, esperam que se possa elevar a capacidade profissional dos médicos locais, havendo consenso sobre isto na sociedade. Durante todo este tempo, muitas pessoas sugeriram algumas opiniões, onde se inclui a criação de uma faculdade de medicina numa instituição de ensino superior, com vista a poder formar talentos para esta área e a elevar a qualidade destes profissionais. O Governo já pensou nesta matéria e avaliou-a bem, mas ainda não se registaram resultados em concreto, e o ponto fulcral é que Macau tem uma população pequena. O pessoal médico até pode resolver facilmente as doenças vulgares, mas é mais difícil obter experiência para as doenças menos vulgares. Pelo exposto, o Governo está constantemente a investir em equipamentos médicos, mas isso não resolve o problema de “Macau ter equipamentos sofisticados, mas sermos atrasados na técnica”, e por isso é difícil dar confiança aos doentes que precisam de consultas de especialidade.

As experiências de Hong Kong e Shenzhen servem de referência para Macau

Macau pode tomar como referência o modelo de criação do Hospital da Universidade de Hong Kong na cidade de Shenzhen, escolher o modelo e a proposta que sejam adequados para Macau e, através do investimento em instalações médicas, promover a cooperação regional, bem como ser uma plataforma para formar a equipa médica de Macau. Com o nível salarial de Macau, pode-se introduzir médicos de alta qualidade do Interior da China para ensinar os

médicos de Macau. Com base nos 60 milhões de pessoas existentes na Grande Baía, acredita-se que o conhecimento sobre doenças é muito maior do que em Macau, com apenas 600 mil habitantes, o que contribui para dar mais conhecimentos à equipa médica de Macau e servir como base de formação.

Hospital da Grande Baía Integração Guangdong-Macau

O Governo está a realizar um conjunto de trabalhos de planeamento sobre a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Sugerimos a realização de estudos inovadores sobre a construção de um hospital de alta tecnologia numa das cidades da Grande Baía, onde a RAEM possa ter um papel dominante nessa unidade hospitalar. A cidade de Zhongshan, posicionada como centro modal regional, com uma localização adequada, e a beneficiar das vantagens do Corredor de Ligação Shenzhen-Zhongshan, neste momento, está a orientar o seu desenvolvimento para a indústria dos “cuidados gerais da saúde”. Trata-se de uma cidade da região da Grande Baía situada próxima de Macau, com facilidades de acesso e uma desenvolvida rede de transportes, sendo, por isso, uma boa escolha. Através desse hospital da Grande Baía, pode-se contribuir para a formação da nova geração de pessoal de cuidados médicos. Mais, esse hospital pode também prestar serviços médicos de qualidade a preços idênticos aos de Macau aos residentes do território, especialmente os jovens empreendedores que estão a trabalhar no Interior do Continente, assim como aos doentes em recuperação depois de intervenção cirúrgica. Por outro lado, pode também prestar esses serviços médicos aos doentes de outras cidades da Grande Baía, como forma de acelerar, melhorar e fortalecer o processo de integração regional, para que Macau desempenhe um papel ainda maior na construção de uma zona de elevada qualidade de vida integrada nessa região.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 07.08.2017

A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) deve evitar excessos na correcção

Recentemente, a DSPA destacou pessoal para fiscalizar milhares de lojas que receberam financiamento para a instalação de produtos de protecção ambiental, no sentido de verificar a conformidade com a descrição e fotografias apresentadas há cerca de 5 anos: verificar se os produtos existem realmente ou se houve alterações do local de instalação, etc. Se houver qualquer falha, nem que seja uma lâmpada LED, é necessário, conforme as exigências da carta registada entretanto recebida, apresentar “justificação por escrito” e aguardar o respectivo tratamento. Por isso, a DSPA, que antes era um deserto, está agora bastante animada, pois há mais residentes a passar por lá para entregar a justificação. No entanto, quase todos se queixam de que se trata de “uma ‘péssima ideia’, burocrática e afastada da realidade, que incomoda a população e faz gastar dinheiro!”

Em Setembro de 2011, a DSPA lançou o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, segundo o qual as lojas ou associações que satisfaçam as devidas exigências podem receber apoio financeiro correspondente a 80% do montante total da aquisição ou substituição dos designados produtos e equipamentos de protecção ambiental. Entre 2012 e finais de 2015, registaram-se 4000 casos de concessão de apoio financeiro. As primeiras lojas receberam apoio há 5 anos, portanto, vários residentes entendem que esta fiscalização, onde se exige que tudo esteja na mesma, só pode ser uma piada, resultante do desconhecimento dos governantes acerca da realidade em que vive a população.

A acusação dos residentes prende-se com uma razão muito simples. O pedido de apoio financeiro era feito ou pelo próprio requerente, ou através de empresas de protecção ambiental qualificadas, sempre de acordo com as exigências fixadas. Após autorizado o pedido, o requerente tinha de pagar primeiro o produto e montá-lo, conforme as opções indicadas, e enviar a respectiva fotografia à DSPA, que só passado um determinado período é que concedia o subsídio. Tal prática demonstra que os requerentes só podiam confiar no Governo, pagando adiantado para depois obter o subsídio. A DSAP, com as fotografias em mão, sabia obviamente que os produtos já tinham sido montados de acordo com as exigências fixadas, senão não teria concedido o subsídio. Passaram cinco anos e vem agora fazer uma nova fiscalização, mais parecendo que “a mão esquerda desconfia da direita”. Afinal de contas, está a suspeitar que os produtos foram removidos e vendidos?

Por exemplo, no sector da restauração, o mais subsidiado, para produtos

como as luzes LED, os aparelhos de ar condicionado e os extractores de fumo e óleo, nem são precisos cinco anos, ao fim de alguns meses já estão cobertos de óleo e pó, e o preço da sua revenda nem cobre as despesas com a sua remoção; ademais, se fossem removidos, será que os restaurantes podiam funcionar sem luzes nem ar condicionado? A razão é tão simples e os dirigentes da DSAP não percebem. Ou será que fazem dos residentes “parvos”?

Um homem de fato e gravata num gabinete com ar condicionado a tratar da protecção ambiental é totalmente diferente daquele que anda de calções e chinelos na cozinha a confeccionar refeições. Os residentes que trabalham na restauração pensaram, no início, que “o subsídio era um tesouro”, só que tiveram de substituir os produtos pouco depois da sua instalação, nomeadamente as lâmpadas LED de uma certa marca, pois a sua base é de plástico e partiu-se ao enroscar a lâmpada. E essas lâmpadas são dez vezes mais caras do que as lâmpadas fluorescentes normais. Outro exemplo são os ares condicionados de uma determinada marca, que levam muito tempo até arrefecer o ambiente e a ventoinha é fraca. Estes produtos são bonitos mas não têm utilidade, são caros e não são resistentes. É impossível não substituir os produtos avariados, a não ser que se pretenda fechar a loja.

A conservação energética é uma tendência mundial na protecção do ambiente, e acredito que tem o apoio da maioria dos residentes. A intenção subjacente ao “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética” é boa, mas falta cientificidade logo à partida, quer na sua concepção, quer na escolha dos produtos. Se até os homens morrem, quanto mais esses bens consumíveis. Portanto, no entender da maioria da população, exigir a substituição desses produtos só ao fim de cinco ou mais anos só pode ser burocracia de um estudioso pateta.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 07.08.2017

A taxa de empregabilidade é alta, mas muitas pessoas com idades entre os 50 e 60 anos têm dificuldades em encontrar um bom emprego, em comparação com os jovens. Como são mais velhas e têm menos técnicas, não são primeiras escolhas das empresas, portanto, a sua sobrevivência no mercado de trabalho é difícil.

Mesmo quando a economia está boa e há mais trabalho, os trabalhadores mais velhos são alvo de injustiças, mas se querem subsistir, têm de as tolerar. E quando a economia não está boa e são poucas as oportunidades de emprego, são os primeiros a ser despedidos. Assim, é grande o seu sentimento de insegurança.

Com o ajustamento da economia nos últimos dois anos, algumas empresas tiveram de reduzir custos, assim, preferem contratar trabalhadores não residentes, especialmente as grandes empresas do jogo, o que contraria a política de emprego do Governo quanto a dar prioridade aos residentes. O Governo não pode deixar que a situação se mantenha, deve sim assegurar que não se ultrapasse a linha de fronteira dessa política. Durante as fiscalizações de rotina, deve acompanhar melhor e de perto a situação e reforçar a fiscalização respectiva, para salvaguardar o direito de emprego dos residentes mais velhos.

Actualmente, as autoridades oferecem serviços de colocação aos residentes despedidos, mas não há efeitos práticos. Segundo os dados da Estatística e Censos, nos primeiros cinco meses deste ano, registaram-se na DSAL 800 candidatos com 60 anos, mas só 130 conseguiram emprego, uma taxa de colocações de apenas 16%. Despendeu-se muito em recursos humanos e materiais, mas a eficácia é baixa, e as razões disto merecem a nossa reflexão. Para além disso, há que dar mais atenção à como aumentar a eficácia das colocações no futuro.

Muitas pessoas nascidas nos anos 50 e 60 encontram-se num “vácuo”, estão prestes a reformar-se mas têm boas condições físicas e abundante experiência de vida, sendo perfeitamente capazes de continuar a trabalhar. Mesmos que não tenham pressão económica, esperam obter sustento espiritual através do trabalho. Com o envelhecimento da sociedade, são cada vez mais escassos os recursos humanos, portanto, promover a integração das pessoas idosas e de meia-idade no mercado de trabalho é um aspecto importante a ter em conta na política de mão-de-obra. Assim, ao criar mecanismos de protecção de longo prazo, há que definir medidas complementares para reforçar a protecção ao direito de acesso ao emprego por parte dessas pessoas.

Quanto à situação actual de emprego dos idosos, sugiro que se reforce a

formação profissional e o apoio às colocações, e que, tendo em conta as vantagens e desvantagens das pessoas, se definam programas de formação razoáveis que visem elevar as suas técnicas e capacidades. Mais, que se continue a aperfeiçoar a plataforma para as colocações, que se abram processos para acompanhamento dos casos, que se incentive as empresas a contratar mais idosos e que se inclua a sua contratação nos indicadores de referência para verificação do cumprimento das responsabilidades sociais por parte das empresas. Tudo isto com vista a ajudar os idosos na sua integração no mercado de trabalho, concretizando-se assim o objectivo de “viver tranquilo e trabalhar com alegria”.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 07.08.2017

Concretizar, quanto antes, com ideias inovadoras, a política para os idosos

Para assegurar aos idosos uma vida segura na velhice, o Governo dá muita importância à política para os idosos, e criou o regime de segurança social de dois níveis. Durante os nossos trabalhos regulares, ouvimos muitos idosos que se sentem agradecidos por o Governo lhes conceder garantias relativamente boas na sua aposentação. Mas, olhando para os resultados obtidos com o desenvolvimento de Macau, e para o seu excedente orçamental, o Governo tem, de facto, condições para fazer melhor.

Agora, os jovens e as pessoas de meia-idade têm grande dificuldade na aquisição de habitação, e as famílias têm, na sua maioria, ambos os pais que trabalham fora de casa. Muitas famílias têm vontade de cuidar dos idosos, mas não têm condições, e já é uma sorte se não precisarem de depender do apoio dos idosos, portanto, o contributo a dar, ao nível material e espiritual, para a vida dos idosos é muito fraco em comparação com o passado. Perante a realidade da sociedade, o Governo tem de lançar políticas de apoio e assistência, especialmente, porque, segundo os estudos sobre a política da população, Macau está a transformar-se rapidamente numa sociedade envelhecida, portanto, é premente lançar as respectivas políticas.

Em 2012, o Governo chegou a lançar uma consulta pública sobre a “Lei de bases dos direitos e garantias dos idosos”, e esperou definir políticas prospectivas para os idosos. Mas já se passaram mais de 5 anos, e a respectiva proposta de lei e medidas complementares não avançaram. A baixa eficiência da governação faz com que a política dos idosos não ande, e que as regalias e os serviços destinados aos idosos não acompanhem o desenvolvimento social. Tudo isto merece ser alvo de revisão.

Ao longo dos anos, sugerimos sempre ao Governo que aumentasse o montante da pensão para idosos até corresponder ao risco social, mas o Governo recusou tendo como pretexto a pressão para o Fundo de Segurança Social (FSS), e afirmou que se isto causasse muitas pressões às famílias, podia então ser resolvido através de apoio financeiro. A RAEM tem tido saldos financeiros positivos e tem, portanto, condições para injeção de capital no FSS, mas o Governo continua a não pretender aumentar a pensão para idosos para manter o nível mínimo de vida dos mesmos. Então, como é que esta mentalidade governativa pode demonstrar o que afirmou o Chefe do Executivo: “os idosos deram, no passado, um contributo importante para a economia de Macau, sendo um activo precioso da RAEM”?

Entendemos que o sucesso que temos hoje depende do contributo dos idosos, portanto, o Governo deve tomar uma postura aberta, tolerante e preferencial, no que respeita às garantias e bem-estar dos idosos. Sugiro ao Governo que implemente uma pensão para os idosos de acordo com o risco social, e aumente, em quatro anos, o respectivo valor para 5 mil patacas.

Em relação às necessidades de serviços de odontologia, à falta de lugares nos lares para idosos e aos seus problemas na ida e volta entre a China e Macau, devem implementar-se medidas acertadas de resposta, tais como: 1. alargar o apoio aos idosos no âmbito dos serviços de saúde, incluindo estender os serviços gratuitos de implantação e obturação de dentes às clínicas privadas com qualidade, e atribuir-lhes máquinas para medir a pressão arterial; 2. aumentar, atempadamente, a proporção dos lares para idosos e as respectivas instalações; 3. através de um mecanismo de cooperação regional, criar um sistema de detecção e identificação facial, com vista a reduzir a necessidade de os idosos virem a Macau da China para efectuar a prova de vida.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 07.08.2017

O Chefe do Executivo Chui Sai On reiterou que a concretização da expectativa de “habitação para todos, bem-estar para todos” era nuclear na política de habitação da RAEM, e que o Governo ia reforçar as garantias básicas de habitação dos cidadãos através do aumento da habitação pública. Contudo, após o retorno de Macau à Pátria, face à subida brusca dos preços dos imóveis e à insuficiência e à instabilidade da oferta de habitação pública, tem sido difícil satisfazer as aspirações da população. Durante a subida dos preços dos imóveis, entre 2005 e 2010, a oferta de habitação económica foi zero, e os cidadãos ficaram cada vez mais preocupados com a habitação, apesar de ter sido gradualmente concretizada, nos últimos anos, a construção das 19 000 fracções públicas, as quais, no entanto, só conseguem dar resposta aos pedidos antigos, não conseguem satisfazer os novos candidatos, registados recentemente. E o mais preocupante é que a zero oferta de habitações voltou a surgir agora.

O Governo afirmou várias vezes que ia empenhar-se na construção de habitação pública, tendo apresentado os respectivos projectos de curto, médio e longo prazo, mas as construções estão quase paradas desde 2013, e nada se vê quanto ao planeamento, abertura de concurso, concepção e construção, nem se sabe da calendarização das obras. Recentemente, o Governo afirmou que ia “avançar com os grandes projectos em vez dos pequenos”, e concentrar os recursos nos projectos do terreno da antiga Central Térmica e da Avenida Wai Long, pondo de lado os restantes. A abertura do concurso do projecto da antiga Central Térmica, o mais rápido, vai ser em finais do próximo ano ou inícios de 2019, e o estudo do projecto da Avenida Wai Long vai demorar 12 a 15 meses, não sendo possível prever o calendário da construção de habitação, portanto, isto significa que os residentes ainda têm de esperar muito tempo. Assim, apelo novamente ao Governo para que acompanhe e promova os restantes projectos de curto, médio e longo prazo de habitação pública, já apresentados, e que actue para aumentar a oferta, a fim de reduzir as preocupações e as necessidades da população.

Segundo as previsões, vão ser destinados à habitação pública cada vez mais terrenos, os desaproveitados, os que estiveram relacionados com corrupção e os ocupados ilegalmente. Neste momento, o Governo deve preparar bem os trabalhos de planeamento, enquanto tarefa preliminar, com vista a aproveitar de imediato os terrenos logo após a sua retoma, para não ter de ficar à espera pela conclusão do planeamento. Na sequência da conclusão das obras de aterro da zona A, o Governo precisa de começar com os trabalhos de definição dos planos de construção de 28 mil habitações públicas, com vista a avançar, o mais rápido possível, com a respectiva construção.

O desenvolvimento saudável do mercado imobiliário exige estabilidade da

oferta habitacional, e as habitações públicas são reguladores eficazes para ajustar o mercado privado imobiliário. O Governo deve mesmo recorrer à definição de políticas de habitação pública para regular o mercado privado e assim assegurar o seu desenvolvimento, deve clarificar e dar a conhecer aos cidadãos os planos de oferta de habitação pública a 5 10 anos, para resolver os problemas de habitação através do estabelecimento de metas. Quando a sociedade conseguir ver as políticas de habitação aperfeiçoadas e os planos a longo prazo da oferta de habitação pública, e a divulgação de outras medidas e políticas de repressão da especulação, é que será possível honrar verdadeiramente a promessa assumida nas LAG quanto ao reforço das garantias básicas de habitação dos residentes.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 07.08.2017

Macau é uma terra de “elefantes brancos” e, para além de serem elevadíssimas as despesas com a sua construção e reparação, as despesas com a sua gestão e funcionamento diários também não são baratas. Assim, se esses “elefantes” conseguem ou não contribuir para o desenvolvimento socioeconómico é também uma questão que merece a nossa ponderação. O melhor exemplo que temos é o Terminal Marítimo da Taipa recentemente inaugurado: para além dos cerca de 3800 milhões de patacas para o construir, segundo uma estimativa preliminar, precisamos ainda de pagar, anualmente, cerca de 100 milhões de patacas para as despesas do seu funcionamento básico.

Após o retorno à Pátria, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente, e a procura de instalações públicas, sociais, médicas, e de habitações públicas, assim como a pressão da rede viária, aumentaram bruscamente, precisando o Governo de realizar mais obras públicas para satisfazer as necessidades do desenvolvimento social e responder às solicitações da população. Todavia, os projectos devem avançar em consonância com o grau da sua urgência e concretizados com um plano científico, não podendo, de modo algum, ser implementados de forma cega.

Espero que, no futuro, as autoridades, quando procederem a qualquer planeamento das obras públicas, ponderem os recursos financeiros, humanos e de solos que temos, e façam as coisas de acordo com a própria capacidade, ademais, além de saber se dispomos ou não de força laboral e de pessoal técnico suficiente, temos de garantir ainda um número suficiente de pessoal de fiscalização das entidades competentes. Portanto, temos de ter em consideração os recursos humanos de que o Governo dispõe, para poder avaliar as condições objectivas, sabendo se é capaz de assegurar os projectos e que obras poderão ser adjudicadas a terceiros, e ponderar os graus de prioridade e urgência dos mesmos, para seguir com o respectivo planeamento. Depois de decidir o projecto, devem ser criados mecanismos para, logo na fase de concepção, permitir à sociedade e à Assembleia Legislativa saber e participar nesse projecto. Por outro lado, a Assembleia também deve estudar a instituição de um mecanismo que permita a sua intervenção e participação logo na fase inicial dos projectos, para os poder estudar, e dialogar com o Governo sobre o seu planeamento, para que possam, efectivamente, responder às necessidades da sociedade.

Para salvaguardar a qualidade das obras públicas e erradicar os atrasos e o excesso de gastos, há que aperfeiçoar o regime sobre obras públicas, incluindo a abertura do concurso, a concessão, a fiscalização das obras, etc. Em particular, há que adoptar medidas para reforçar a fiscalização das subempreitadas, definindo os critérios de responsabilização e punição, com vista a melhorar o desempenho ao nível da execução das obras.

No âmbito da abertura do concurso, os registos insatisfatórios do anterior desempenho dos construtores, ao nível do cumprimento de prazos, do reforço do orçamento e excesso de gastos, da qualidade, da segurança no trabalho, etc. devem constituir factores de dedução no regime de pontuação, e os construtores com graves falhas devem ser proibidos, durante alguns anos, de se candidatarem a concursos de obras públicas. Há que criar ainda um regime de avaliação por parte dos utentes, para a sua avaliação fazer parte dos factores relevantes de consideração nos futuros processos de avaliação de candidatos aos concursos de obras públicas. Embora o Governo já tenha definido nos contratos de obras públicas as sanções e as consequências inerentes aos atrasos nas obras, há que verificar ainda se estes conteúdos foram definidos como requisitos, para evitar que eventuais litígios no futuro afectem o andamento das obras. No âmbito da fiscalização, há que definir, claramente, nos contratos de concessão, as responsabilidades das entidades fiscalizadoras e o regime sancionatório a aplicar, para reforçar os efeitos dissuasores.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 07.08.2017

Os mercados são uma instalação relevante para a vida da nossa população, um estabelecimento característico que reflecte o desenvolvimento histórico e os costumes e a cultura locais, e uma janela importante para verificar o nível básico da vida numa sociedade.

Actualmente, em Macau, vários mercados estão velhos e afastam-se, significativamente, do ritmo de desenvolvimento socioeconómico de Macau, não condizendo, de modo algum, com o estatuto de Macau enquanto cidade ao nível mundial. Alguns mercados já foram planeados como um complexo multifuncional – mercado, restauração, e elementos culturais, recreativos, desportivos e comerciais, etc., mas nem todos foram plenamente reparados ou aperfeiçoados, sendo que o caso mais exemplar é o Mercado Iao Hon, cuja densidade popular é a mais elevada, com problemas como instalações obsoletas e mau ambiente. Primeiro, não há ar condicionado. Nos dias com calor, sobretudo nos dias de “sauna”, isto afecta gravemente o fluxo da clientela. Mais, devido ao longo horário de funcionamento dos vendilhões que excede, normalmente, as 12 horas, os produtos alimentares estão expostos, por longo tempo, ao ar com alta temperatura, situação que não favorece a conservação dos produtos alimentares como as carnes e que, conseqüentemente, pode afectar a segurança alimentar. Segundo, a estrutura interior do edifício está velha e há falta de reparação. Em alguns sítios até se verifica a exposição das armaduras, constituindo perigos latentes de segurança. Mais, no tecto falso e condutas respectivas, acumula-se pó e há falta de limpeza. Portanto, as condições de higiene do referido mercado em geral carecem de melhoria, o que facilmente aumenta os riscos de transmissão de doenças.

Apresentei interpelações ao Governo sobre questões relativas à reparação e gestão dos mercados, etc., mas estas continuam por resolver desde há muitos anos. Aquando da criação do centro mundial de turismo e lazer, o Governo deve avaliar as funções dos mercados e as formas para o seu desenvolvimento contínuo. Aquelas questões dificultam a criação de um ambiente de consumo relativamente mais confortável, o que influencia directamente o fluxo de consumidores dos mercados e o desenvolvimento da economia comunitária, e dificulta a sobrevivência dos vendilhões das bancas, que têm vindo a servir os residentes.

Para os cidadãos usufruírem dos frutos do desenvolvimento da economia e elevar a sua qualidade de vida, entendo que podemos usar como referência os critérios dos países desenvolvidos e activar quanto antes o planeamento geral, a reparação dos mercados e a optimização das suas instalações. Atendendo ao factor humano e à segurança alimentar, e para responder às exigências dos cidadãos relativas à instalação de ar condicionado nos mercados, há que concluir,

quanto antes, os trabalhos de aperfeiçoamento dos equipamentos.

Para o bom funcionamento dos mercados, há que salvaguardar a salubridade ambiental e a segurança alimentar. Quanto à salubridade ambiental, manutenção das instalações, etc., os serviços competentes devem fiscalizar e acompanhar os assuntos, e ainda aperfeiçoar os respectivos regimes, para salvaguardar a salubridade e a higiene ambiental, e a segurança das instalações, em prol da prevenção de epidemias e da segurança alimentar.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 07.08.2017

Uma faixa uma rota, desporto pioneiro

No âmbito da iniciativa “Visão e Acções para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI”, o País propõe 5 prioridades de cooperação, uma das quais é justamente o entendimento entre os povos. A promoção do intercâmbio cultural, académico e de pessoal entre os países ao longo da Faixa e Rota da Seda constitui, na concretização desta iniciativa, a base desse entendimento.

O desporto é uma componente muito importante da cultura. Propagar a cultura e o espírito desportivo é, no fundo, incentivar os elementos positivos indispensáveis para a vida. Assim, através da participação e atenção ao desporto, que funciona como uma ponte para a promoção do intercâmbio cultural, alcança-se o entendimento entre os povos.

No ano passado, aquando da sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo afirmou, em resposta à minha pergunta, que o intercâmbio desportivo é uma componente muito importante do entendimento entre os povos no âmbito da iniciativa “uma faixa e uma rota”, daí a importância da participação activa. O Governo celebrou protocolo de cooperação desportiva com Pequim, Sichuan, Fujian e Portugal. Acredita-se que no futuro vão ser estabelecidos mais acordos neste sentido, reforçando o intercâmbio desportivo e o entendimento entre os países participantes.

Quanto ao desempenho do papel de plataforma, no sentido de promover o entendimento entre os povos através do intercâmbio desportivo, tenho as seguintes três sugestões:

Primeiro, tomar a iniciativa e criar mecanismos especializados. Quanto ao intercâmbio desportivo, há que estudar os projectos de cooperação com os países e regiões que integram “uma faixa, uma rota” e promover e criar os respectivos mecanismos de cooperação bilateral ou multilateral. Por exemplo, organizar acampamentos de formação desportiva para jovens, intercâmbio de árbitros, entre outras actividades características do intercâmbio desportivo, e quanto ao intercâmbio desportivo e cultural, elevar o nível profissional do desporto local, a fim da integração no desenvolvimento da iniciativa “uma faixa, uma rota”.

Segundo, prestar atenção à educação e formação de talentos desportivos. Quanto ao ensino superior, pode criar-se uma federação de instituições de ensino superior de desporto dos países e regiões que integram “uma faixa, uma rota”, com vista à formação conjunta dos diversos talentos desportivos; e quanto ao

secundário, pode promover-se o intercâmbio e a aprendizagem entre alunos e professores de educação física. O Governo deve criar uma bolsa de estudo de desporto no âmbito da iniciativa “uma faixa, uma rota” destinada aos alunos que estudam no estrangeiro e aos alunos estrangeiros que vêm para Macau estudar, aumentando as suas capacidades profissionais, e criando uma reserva de talentos desportivos no âmbito da exploração, gestão e competição desportivas.

Terceiro, reforçar a integração e o desenvolvimento do turismo desportivo. No mês passado, a Administração Geral Estatal do Desporto e a Administração Geral Estatal do Turismo divulgaram o “Plano de acção para o desenvolvimento do turismo desportivo no âmbito da iniciativa ‘uma faixa, uma rota’ ”, definindo medidas para desenvolver o mercado do turismo desportivo. Atendendo ao potencial de Macau, podem organizar-se exposições sobre equipamentos e artigos desportivos, bem como actividades desportivas e espectáculos de artes marciais, dança de dragão e barcos de dragão. Há que criar produtos de qualidade relacionados com o turismo desportivo e criara marcas próprias, bem como reforçar as acções de sensibilização sobre turismo desportivo, a fim de fazer de Macau uma plataforma de serviços de turismo desportivo no âmbito da iniciativa “uma faixa, uma rota”.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 07.08.2017

O “Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos”, que proporciona aos funcionários públicos protecção na aposentação, foi aprovado há mais de 10 anos e conseguiu alguns resultados. Embora esse regime revele uma série de problemas sociais, a sua revisão nunca chegou a avançar.

Segundo muitos funcionários que estão prestes a aposentar-se, antes do Retorno à Pátria, prestaram serviços sob forma de contrato de assalariamento, e a partir de 2006, ano em que o Governo introduziu o regime de previdência, acabaram por poder gozar da mesma protecção na aposentação que os funcionários do quadro. Contudo, com a aposentação a aproximar-se, descobriram que só conseguem retomar as contribuições pagas desde 2007. Como o seu índice salarial é apenas 190, o montante das contribuições pagas é bastante reduzido. Mais, as rendas são elevadíssimas, e os preços dos bens e o custo de vida sobem constantemente, portanto, com aquele montante vai ser difícil o seu sustento na aposentação. Uma vez que muitos funcionários aposentados recebem pensões reduzidas, que não incluem prémio de antiguidade nem subsídios de residência e de família, têm de voltar a trabalhar para conseguirem sustentar-se, normalmente em empresas de limpeza ou de administração predial.

A meu ver, os funcionários públicos, independentemente do seu regime de aposentação, contribuíram com a sua juventude e com o seu tempo para o desenvolvimento social de Macau, portanto, há que lhes oferecer garantias suficientes na aposentação. Já sugeri muitas vezes ao Governo que concedesse prémio de antiguidade, e subsídios de residência e de família aos funcionários de idade avançada não inscritos no regime de aposentação e sobrevivência, mesmo depois de se terem desligado do serviço, para lhes oferecer garantias na velhice. No entanto, na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo na semana passada, o Governo afirmou que se tal acontecesse seria uma violação da natureza e do objectivo da criação do regime de previdência.

No entanto, nos termos previstos no Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública, o direito às regalias e aos subsídios e o direito à pensão de aposentação são diferentes, o primeiro advém da qualidade de funcionário público e não tem ligação com o Regime de aposentação e sobrevivência. Por isso, a reforma do Regime de previdência só pode eliminar a pensão de aposentação, que tem natureza de vencimento, não pode eliminar os direitos às regalias e aos subsídios dos funcionários públicos.

Espero que o Governo proceda a uma revisão geral e à melhoria do Regime de previdência, com vista a evitar eventuais problemas, e que considere permitir que os funcionários públicos continuem a receber o prémio de antiguidade e os subsídios de residência e de família depois de aposentados, com vista a dar resposta às suas necessidades.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 07.08.2017

Nas LAG para o ano de 2017, relativamente à tutela dos assuntos sociais e cultura, afirmou-se que o Governo da RAEM ia envidar todos os esforços para elevar o nível de saúde da sociedade, aplicando políticas de apoio a idosos, mulheres e crianças, garantindo e melhorando os serviços de saúde prestados a certos grupos de pessoas, para estes terem um desenvolvimento físico e psicológico saudável. É certo que o nível dos equipamentos e das técnicas relativamente à saúde elevou-se muito nos últimos anos devido a muitas interpelações dos deputados, e a sociedade começou a conhecer melhor o sistema de saúde de Macau. Muitas políticas referidas nas LAG foram de facto implementadas, elevando-se assim a saúde da sociedade. Isto tudo é de aplaudir!

Mas, informaram-nos, ultimamente, que alguns idosos, ao aguardarem por consulta, foram alvo de atitude pouco correcta por parte do pessoal de saúde, o que é insuportável, mormente quando estão gravemente doentes e têm de esperar muito tempo pela consulta. Entendem, assim, que ainda deixa algo a desejar a prestação de cuidados aos idosos, prometida nas LAG, pois, para além da qualidade dos serviços, há que dispensar maior atenção aos idosos. Segundo as normas deontológicas do sector da saúde, “na plataforma das operações de trabalho do hospital, o doente é assistido, desde a baixa até à alta, na vida quotidiana, no tratamento e nos cuidados pelo pessoal de saúde, sendo ainda sujeito, caso haja necessidade, a cuidados específicos, psicológicos e especiais, sendo esta, portanto, em termos de deontologia, a atitude de base para todos os trabalhos, enquanto garante de qualidade e de dinamismo”. É normal o idoso, quando doente, estar aflito, preocupado e desassossegado, e necessita de apoio moral. Sendo o pessoal de saúde o “anjo” na primeira linha a prestar-lhe os cuidados, a sua atitude pode afectar directamente o estado de espírito e a valorização do doente, portanto, o que se espera é que, através do pessoal de saúde, aquele ganhe confiança para debelar a doença.

Sendo assim, a melhoria dos serviços médicos gerais de Macau vai contribuir para o bem-estar dos cidadãos, mas, a qualquer tempo, existe a ameaça aos cidadãos, nomeadamente aos idosos, de doenças infecciosas, crónicas, etc., e é bastante importante hoje em dia assegurar a qualidade dos serviços de enfermagem e uma boa atitude do pessoal de saúde. Fui encarregado por alguns cidadãos de sugerir que o Governo, na área da gestão, deve dar formação a algum pessoal de saúde que afecta a confiança mútua entre os médicos e doentes, para os idosos não sentirem anseios e pressões quando consultam os médicos. Independentemente dos mal-entendidos linguísticos de ambas partes ou da má atitude surgida, quem tiver cometido as situações referidas, corrija-as, e, se nenhuma delas tiver sido cometida, mantenha o seu bom registo. Acredito que, sob a confiança e tolerância mútuas de ambas partes, a qualidade e o nível dos serviços médicos de Macau vão ser continuamente elevados.

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 07.08.2017

Os terrenos ocupados ilegalmente, desaproveitados, ou cuja concessão foi declarada caducada foram retomados, sucessivamente, pelo Governo, que, entretanto, não prestou atenção nem acompanhou o desaproveitamento dos terrenos e das construções do domínio público. Segundo informações de residentes, um edifício de arquitectura portuguesa, localizado entre o Hotel *Sofitel Macau* na Ponte 16 e a bomba de gasolina *Caltex*, na Avenida de Demetrio Cinatti, está desocupado há muitos anos. Segundo informações de moradores, tal edifício foi a sede do Departamento de Fiscalização Aduaneira da Polícia Marítima e Fiscal, mas ficou desocupado face ao desenvolvimento social e aos aterros. Até ao momento, nenhum serviço público procedeu ao devido tratamento.

As portas e janelas do referido edifício têm estado fechadas e ninguém sabe que planos tem o Governo, mas a respectiva fachada apresenta-se em estado de ruína, com musgo e plantas. Como é de estilo português, construído há muitos anos, certamente que este edifício se reveste de valor e significado históricos. Os serviços competentes, por exemplo, o Instituto Cultural (IC), devem proceder a estudos sobre a sua eventual conservação, recuperação, replaneamento ou até ao seu reaproveitamento como local de trabalho do Governo. É ou não é?

IAOD da Deputada Chan Hong em 07.08.2017

Aproveitar as vantagens de Macau, promover a transmissão da cultura chinesa

Macau é um ponto de convergência das culturas oriental e ocidental, famoso por ter uma cultura principal chinesa e uma coexistência multicultural. Em Macau, mantêm-se muitos festivais tradicionais, tais como os festivais característicos de Lu Ban, dos Barcos-Dragão e do Dragão Embriagado, com uma dança arrojada. Mas estes festivais estão a enfrentar o problema da transmissão. Como promover melhor a transmissão da cultura chinesa às novas gerações, especialmente a sua integração e participação na construção e no desenvolvimento de “uma faixa, uma rota” e da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, merece a consideração do Governo e da sociedade.

1. Apoiar e desenvolver os festivais e a cultura tradicional

Desenvolver e promover são condições necessárias para melhor manter a cultura tradicional. Ao nível de políticas e recursos, o Governo deve dar mais atenção e apoio aos grupos e trabalhadores na área cultural, dando-lhes ajuda para promover esta área, de diferentes formas, na comunidade e nas escolas, e para formar pessoal e fazer promoções e intercâmbios fora de Macau. Os festivais tradicionais e o património cultural imaterial, incluindo a ópera cantonense, a música taoista, o chá medicinal, as estátuas esculpidas em madeira e a crença na Deusa A-Má, merecem protecção e promoção para permitir aos residentes o conhecimento sobre o nosso precioso património cultural em Macau. Mais, para haver coordenação com a construção do “centro mundial de turismo e lazer”, deve-se promover a cultura e o turismo e disponibilizar mais espaços, para permitir aos grupos culturais um desenvolvimento sustentável.

2. Promover o desenvolvimento de actividades sobre a cultura e as artes chinesas

A cultura de Macau é composta pela cultura tradicional chinesa, como elemento principal, e pela cultura ocidental, com características da cultura latina. Após o Retorno à Pátria, o Governo envidou sempre muitos esforços para promover a cultura chinesa, organizando diferentes actividades culturais e artísticas, e subsidiando as associações cívicas e os agentes culturais para a organização de diversas acções culturais e criação artística, enriquecendo-se, assim, a vida cultural dos residentes. Com a participação de Macau na política “Uma faixa, uma rota” e a construção da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, o Governo deve melhor aproveitar a plataforma de cooperação cultural entre o Interior da China e Macau, proceder à formação local, apoiar o desenvolvimento das organizações culturais e artísticas chinesas de Macau, e

promover a cooperação e o intercâmbio com o Interior da China ao nível cultural e artístico, para criar marcas de actividades culturais chinesas mais diversificadas, alargando o conhecimento dos residentes sobre a cultura.

3. Criar uma plataforma de cooperação para a cultura chinesa

O «Acordo-Quadro para o reforço da cooperação Guangdong – Hong Kong – Macau e promoção da construção da Grande Baía» refere: impulsionar a construção em Macau de um centro mundial de turismo e lazer, consolidar a plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criar uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como dominante, promova a coexistência de diversas culturas, e promover o desenvolvimento sustentável e devidamente diversificado da economia de Macau. Como Guangdong, Hong Kong e Macau pertencem ao sistema cultural de Lingnan, há muitas semelhanças na cultura dos três lados, mas também há algumas diferenças – cada cidade tem características próprias. O mecanismo de cooperação cultural Guangdong-Hong Kong-Macau foi criado há 15 anos, portanto, com esta boa base, devemos aperfeiçoar, em amplitude e profundidade, essa cooperação cultural, promover, activamente, a interacção positiva ao nível da criatividade dos produtos artísticos, da criação de marcas de arte, do reforço da formação de talentos, da construção das indústrias culturais e criativas, etc. O aperfeiçoamento do mecanismo de cooperação cultural pode contribuir para tornar Macau numa ponte para apresentar a cultura chinesa ao mundo.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 07.08.2017

Deixe de fingir que está a dormir, deixe-se de arrastamentos e deixe de fugir às responsabilidades. Concretize, quanto antes, a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, nos termos do regime jurídico e do planeamento urbanístico

O Governo Central autorizou o Governo da RAEM a aterrar 350 hectares na zona dos novos aterros, e definiu que a zona se destina a dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes. Há anos, o Governo solicitou a uma instituição académica um estudo sobre o conceito “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” apresentado por mim, contudo, como naquela altura ainda nada havia em relação às obras dos novos aterros, a referida instituição não podia conjugar o referido conceito com os terrenos dos novos aterros. Considerava-se, naquela altura, que tendo em conta a falta de terrenos, o conceito tinha vantagens e desvantagens, e a principal desvantagem era roubar terrenos à habitação pública. Eu já referi que este estudo não incluía o conceito “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, mas sim “terras de Macau para as gentes de Macau”, pois não estavam incluídos os novos aterros urbanos, e tendo em conta a falta de terrenos, os efeitos práticos seriam difíceis. Por exemplo, naquela altura lançou-se uma consulta pública sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, mas depois não houve qualquer acompanhamento, pois o público teve dúvidas se o plano ia roubar terrenos à habitação pública.

Agora, as obras estão quase a acabar, por isso, o Governo deve concretizar a política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau” em conjugação com esses aterros. Deve criar, quanto antes e a título de prevenção, o regime de restrições à compra e venda no âmbito da política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, sem serem prejudicados os interesses adquiridos dos proprietários. Senão, se se arrastar a decisão sobre estas soluções, se houver fuga às responsabilidades, vai haver conluio e troca de interesses nos casos de permuta de terrenos, uma vez que estes recursos implicam grandes lucros. Se existirem direitos de propriedade adquiridos, será impossível avançar com o regime de restrições à compra e venda para distinguir a finalidade de habitação da finalidade de especulação, pois os interesses adquiridos serão afectados.

Quanto à política “novos aterros urbanos para as gentes de Macau”, no plenário da Assembleia Legislativa de 2 de Agosto, o Chefe do Executivo só leu o seu manuscrito e deu uma resposta estereotipada e desactualizada, afirmando que essa política tem a desvantagem de roubar terrenos à habitação pública. Isto leva as pessoas a duvidar se ele não está a fugir às responsabilidades. Se se assegura que na zona A dos novos aterros urbanos estão reservados terrenos para a construção de 28 mil fracções de habitação pública, então, como é que essa política vai roubar terrenos à habitação pública? Ele que acorde e deixe de

fingir que está a dormir! A referida política nunca vai roubar terrenos à habitação pública. Há que aproveitar os terrenos não destinados à habitação pública para construir habitação privada e novos tipos de habitação pública que correspondam à política “terras de Macau para as gentes de Macau”, e que implementar medidas para a distinção entre a finalidade habitacional e a especulação nas habitações económicas depois da sua entrada no mercado privado nos termos legais, tudo isto para livrar os residentes da maldição da especulação e para lhes dar liberdade de escolha. Trata-se de um mecanismo de longo prazo que permite atenuar as necessidades habitacionais. Com o desenvolvimento gradual dos novos aterros, os residentes vão ter opções diversificadas e razoáveis, para além da habitação social e económica, permitindo assim que tenham casa à custa do seu próprio esforço. Esta é a felicidade que os residentes pretendem através do aproveitamento razoável dos recursos públicos. Como é que isto pode ser destruído por causa de os governantes se esquivarem às responsabilidades nos momentos críticos?

O Presidente Xi disse que “é feio os dirigentes fugirem às suas responsabilidades”, portanto, exorto o Chefe do Executivo a assumir as suas responsabilidades e a trabalhar na criação de regimes jurídicos e no planeamento urbanístico.

Ao nível do planeamento urbano, o Governo não deve ser enganado pelos resultados de estudos que não incluíram os novos aterros, deve antes assumir uma postura activa e desenvolver, nos lotes dos novos aterros reservados para as 28 mil habitações públicas, instalações complementares para as habitações económicas, e tentar criar, nos restantes lotes, casas temporárias, fracções residenciais para os compradores de primeira casa, e fracções para arrendar primeiro e comprar depois. Pode também desenvolver uma zona para prédios privados, mas tudo no cumprimento do princípio “terras de Macau para as gentes de Macau”.

Responder às necessidades habitacionais dos residentes é o princípio geral do aproveitamento dos terrenos dos novos aterros, portanto, o Governo não deve alegar a razão de estar à espera da conclusão do planeamento geral para atrasar a criação dos mecanismos jurídicos, antes pelo contrário, deve comunicar rapidamente com os serviços responsáveis para elaborar a respectiva proposta de lei, com vista a concretizar o princípio “terras de Macau para as gentes de Macau” e um regime que limite a compra de parcelas nos novos aterros, definindo, por exemplo, que só os residentes permanentes que não tenham casas nos novos aterros nem mais do que uma casa na RAEM é que podem comprar uma única fracção nos novos aterros.

IAOD do Deputado Au Kam San em 07.08.2017

O reordenamento dos bairros antigos é premente e há que pôr fim aos atrasos arbitrários

O reordenamento dos bairros antigos, prometido em 2004 por Edmundo Ho, quando se esforçou por ser reeleito, tinha por objectivo melhorar a qualidade geral dos residentes de Macau. Na altura, existiam em Macau muitos prédios em estado de ruína. Por exemplo, o Bairro lao Hon apresentava premência de reconstrução, integrando-se assim no projecto do reordenamento.

Entretanto, 6 anos após a apresentação da iniciativa, é que o Governo entregou, por fim, à Assembleia Legislativa (AL) a proposta de lei sobre o reordenamento dos bairros antigos. Provavelmente, devido às deficiências congénitas da situação, acompanhadas da atitude do Governo, que assistiu de braços cruzados, estava previsto, na proposta de lei, o chamado regime compensatório, com vista ao recurso a uma compensação pecuniária para expulsar os pobres dos bairros antigos, transformando assim estes bairros em projecto imobiliário. Como isto seguiu em direcção contrária à intenção inicial, ao nível da melhoria da qualidade de vida dos moradores, a proposta de lei acabou por ser retirada.

Quando Edmundo Ho formulou o conceito de requalificação das zonas antigas, foi uma euforia para muitos residentes. De acordo com um inquérito, os moradores do Bairro lao Hon defendem que esta requalificação tem de ser feita através da permuta de fracções, que é a melhor solução, pois consideram que a compensação pecuniária não lhes permite comprar uma casa nova. Na verdade, se o objectivo da requalificação das zonas antigas é realmente melhorar as condições habitacionais dos residentes, a permuta de fracções tem de ser a principal forma de compensação, e não se deve mandar embora os residentes com uma compensação pecuniária. Porquê? Porque, de acordo com as orientações do Regime jurídico de reordenamento dos bairros antigos, apresentado na altura, os residentes destes bairros iam ter uma compensação pecuniária, mas o respectivo cálculo tinha como critérios os anos e o estado do edifício. Portanto, é inevitável este tipo de compensação não poder resolver o problema para os moradores, pois, se é considerado um bairro antigo com necessidade de requalificação, o grau de degradação é naturalmente grave, como os sete edifícios do Bairro lao Hon. A compensação para edifícios com esta idade e estado é evidentemente insuficiente para comprar uma casa no mesmo bairro, nem em segunda nem em enésima mão, muito menos para uma casa nova, pois o edifício a ser reconstruído deve ser o pior do bairro. Assim, com a compensação para o pior edifício, é impossível comprar casa num edifício melhor. Se é assim, para os moradores dos bairros antigos, a requalificação não é uma boa nova, mas antes uma notícia fúnebre. Se antes os moradores ainda tinham onde morar, mesmo numa casa humilde, com a requalificação, eles só recebem uma

compensação insignificante e perdem o lar. Ainda se pode dizer que é para “melhorar as condições habitacionais dos residentes”? Eis a razão principal pela qual a proposta de lei do reordenamento dos bairros antigos acabou por ser retirada.

Após retirar a proposta de lei, o Governo afirmou que na nova sessão legislativa ia apresentá-la de novo, o mais rápido possível, para os trabalhos de reordenamento dos bairros antigos conseguirem arrancar quanto antes, segundo a respectiva norma jurídica. Depois, o Governo afirmou ainda que ia “pôr na mesa” o reordenamento dos bairros antigos “partidinho aos pedaços”, porém, quer o prato do “leitão inteiro” quer o prato do “sortido de carnes” caíram em saco roto. Passado algum tempo, apareceu uma nova expressão: “renovação urbana”. De reconstrução dos bairros antigos passou a reordenamento dos bairros antigos e, depois, à renovação urbana de hoje; tudo com exagero e cada vez mais abstracto, e é cada vez mais difícil avaliar os seus efeitos.

A reconstrução dos bairros antigos não é uma matéria que pode existir ou não, mas, sim, uma promessa bastante séria feita pelo Governo da RAEM aos residentes, que tem de ser concretizada. De acordo com a actual legislação, desde que alguém tenha uma propriedade, mesmo que seja degradada, não pode candidatar-se às habitações públicas. Aliás, existem já muitos problemas nas duas listas de espera da habitação social e económica. Se forem criadas novas candidaturas para mais tipos de habitação social, ou se mais pessoas puderem candidatar-se a habitações sociais ou económicas, vai ser um desastre, e talvez nem em dez ou vinte anos conseguem obter uma casa. Portanto, o pretendemos é resolver o problema de habitação dos residentes ou famílias que têm imóveis degradados, especialmente das pessoas, como os idosos, que têm mobilidade reduzida e moram em prédios sem elevadores, através da reconstrução dos bairros antigos, permitindo-lhes ter uma nova habitação com elevadores. E é esta a solução: as habitações económicas, as habitações sociais, a reconstrução dos bairros antigos e até os terrenos destinados à gente de Macau serem utilizados para resolver os problemas de habitação de camadas sociais diferentes, merecendo a devida atenção e um tratamento sério.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 07.08.2017

Construir lares de idosos e apoiar os prestadores de cuidados

Segundo os dados do Governo, em 2016, a população com mais de 65 anos de idade atingiu os 59 mil, prevendo-se que em 2025 a sociedade vai entrar em envelhecimento e a população idosa atingirá os 16 por cento. O Governo tem vindo a salientar que se ia contar, no âmbito do sistema de vida pós-aposentação, com o modelo pluri-pilares e multi-níveis, mas, face à insuficiência de vagas em lares de idosos, segundo algumas pessoas é necessário esperar, no mínimo, um ano a um ano e meio, deixando-as bastante insatisfeitas. Segundo o Relatório para a política e a situação dos idosos de Macau e o Plano decenal de acção dos serviços de apoio a idosos, a proporção de lares é de 3,4 por cento da população idosa, prevendo-se que este ano seja possível disponibilizar cerca de 2400 vagas em lares de idosos, mas, infelizmente, ainda não foi definida nenhuma calendarização.

A política de idosos visa apoiar a vida pós-aposentação na residência habitual, e o Governo tem vindo a incentivar a prestação de serviços domiciliários, que permitam aos idosos poderem passar a sua vida em casa, mas, na realidade, devido aos elevados encargos financeiros, ao aumento do número de famílias com ambos os cônjuges trabalhadores, às condições habitacionais limitadas, e à falta de apoio aos prestadores de cuidados, há dificuldade em concretizar a vida pós-aposentação em casa. De facto, para os idosos que vivem sozinhos, com deficiência, com demência, que precisam de prestação de cuidados, ou com muitas doenças, é possível os lares de idosos proporcionarem-lhes uma garantia na saúde e na qualidade de vida.

A procura de lares para idosos irá certamente aumentar com o contínuo envelhecimento da população. Apelo ao Governo para a rápida implementação das políticas contidas no Plano de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos para os Próximos Dez Anos, aumentando o número de vagas nos lares, para a prestação de serviços temporários e de reabilitação, satisfazendo a procura dos idosos que necessitam do serviço de acolhimento temporário. Mais, deve-se também melhorar o actual sistema de funcionamento, dando prioridade aos que têm necessidades urgentes de internamento nos lares. Para os idosos que residem nos bairros comunitários, o Governo deve reforçar o apoio prestado pelos centros de dia e pelas equipas de apoio domiciliário, garantindo o serviço prestado pelos organismos do respectivo bairro comunitário. Paralelamente, deve acelerar a criação de um subsídio para os prestadores de cuidados aos idosos, apoiar as famílias com idosos e, ainda, o envelhecimento no próprio bairro do domicílio. A longo prazo, o Governo deve concretizar a resposta dada pelo Chefe do Executivo de rever o rácio dos diferentes lares, implementando o referido Plano de Acção, definindo atempadamente o plano de localização e a calendarização da

construção de lares. O Governo deve implementar um sistema uniformizado de avaliação, centralizar o serviço de encaminhamento dos idosos para lares e criar uma plataforma para informação sobre listas de espera. No futuro, deve criar uma base de dados sobre os idosos com doenças crónicas, nos diferentes centros de apoio, para acompanhar a situação da saúde desses idosos, além de reforçar o apoio domiciliário aos idosos doentes que vivem em edifícios antigos.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 07.08.2017

O Verão é a época da febre de dengue. Trata-se de uma doença infecciosa aguda, portanto, o vírus deve ser adequadamente controlado, sob pena de eventuais epidemias. Toda a sociedade deve dar atenção a isto e adoptar as medidas preventivas. Este ano, em particular, Macau está sob muito calor e chuva, uma situação que é favorável à proliferação de mosquitos e bichos. Como o vírus pode sobreviver no corpo dos mosquitos e bichos durante 30 dias, ou ainda mais, a rápida propagação do vírus de dengue e o alargamento do seu alcance exigem uma prevenção epidémica severa.

Há dias, registaram-se casos sucessivos de febre de dengue. E segundo o Governo, 3 vítimas moram ou trabalham no mesmo prédio. Atendendo ao período prolongado de incubação de dengue, não se afasta a possibilidade de se virem a registar mais casos locais nas próximas semanas. O Governo sublinhou que ia reforçar a erradicação de mosquitos, nomeadamente que ia, de dois em dois dias, proceder à eliminação de mosquitos numa faixa de 50 metros à volta do prédio em causa, e que ia reforçar os trabalhos de divulgação e adoptar diversas medidas preventivas. Os vários serviços públicos vão colaborar-se na adopção de medidas efectivas, com vista a assegurar um ambiente sanitário livre de mosquitos e bichos, impedindo assim da propagação do dengue.

Por outro lado, o pessoal dos serviços públicos não consegue entrar e fazer limpeza em muitos estaleiros de obras e partes comuns de edifícios, que são propriedades privadas, o que torna esses locais em pontos cegos no trabalho de eliminação de mosquitos. Para além disso, não raras vezes tem acontecido que, passado pouco tempo depois de ser feita uma limpeza urgente, a sujidade e a água estagnada voltam a aparecer no mesmo edifício ou estaleiro, o que demonstra a pouca eficácia dos trabalhos de prevenção.

Assim, sugiro à Administração que reforce os trabalhos de divulgação e sensibilização, recorrendo a diversos meios, como a rádio, os jornais, as mensagens curtas ou a internet, para transmitir à população conhecimentos sobre a prevenção da febre de dengue, e que comunique, regularmente, a situação em que se encontra Macau face à epidemia, a fim de reforçar a nossa consciência preventiva. Ao mesmo tempo, há que reforçar, de forma planeada, os trabalhos de prevenção em todas as zonas de Macau, adoptando medidas periódicas para manter a higiene dos diferentes bairros, com vista a evitar a proliferação dos mosquitos. Por outro lado, como o edifício para as doenças infecto-contagiosas não está ainda construído, as autoridades devem instruir, quanto antes, o Conde S. Januário e os outros hospitais para se prepararem para fazer face a um eventual surto epidémico, com vista a proteger a saúde e a segurança da população, mediante as referidas três vertentes de controlo.